The page features a decorative graphic consisting of three overlapping circles in shades of blue, arranged in a descending diagonal line from the top right towards the bottom right. Two thin, light blue lines intersect at the top left and extend diagonally across the page, framing the central text.

Relatório de Elaboração DECRP-III/2012 - 2016

-Ministério do Desenvolvimento Rural -

Grupo de Trabalho Sector da Agricultura

INDICE

I.	Onde estamos – qual o estado do sector hoje	4
II.	Que oportunidades existem para Cabo Verde	8
III.	Quais os principais constrangimentos e desafios do sector	11
IV.	Quais os principais constrangimentos e desafios do sector	14
V.	Qual deve ser a visão para o sector	15
VI.	Quais os objectivos para os próximos 5 anos	16

SIGLAS E ABREVIACÕES

ACB	Associações Comunitárias de Base
AGR	Actividades Geradoras de Rendimento
CAADP	Programa Detalhado Desenvolvimento Agricultura Africana
DECRP	Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza
DGPOG	Direcção Geral Planeamento Orçamento e Gestão
ECV	Escudos Cabo verdianos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IFPRI	International Food Policy Research Institute
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
PAGIRE	Plano de Acção Nacional para Gestão dos Recursos em Água
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
QUIBB	Questionário Unificado sobre os indicadores de bem estar
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
ZAE	Zonas Agro-Ecológicas

Caracterização do Sector da Agricultura

I. Onde estamos – qual o estado do sector hoje

Cabo Verde é um país extremamente vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente às secas, principal causa do processo de desertificação e fraqueza estrutural do sector agrícola. Esta vulnerabilidade advém, sobretudo, das condições edafo-climáticas, caracterizada pelas secas cíclicas, chuvas torrenciais e irregulares, escassez de coberto vegetal natural e uma enorme pressão humana sobre os recursos naturais existentes. Dados do INGRH – PAGIRE I de 2009, estimam que cerca de 15% da água das precipitações infiltra-se nos solos permitindo a recarga dos aquíferos, enquanto cerca de 85% perde-se por evaporação e escoamento superficial.

O sistema produtivo tem uma base rural assente em pequenas unidades familiares, que utilizam geralmente, técnicas essencialmente tradicionais, de economia de subsistência, pouco organizada e descoordenada. Das 44 506 explorações agrícolas recenseadas em 2004, 99,87% eram do tipo familiar e 56 eram explorações agrícolas não familiares, onde se incluíam 8 empresas agrícolas, 6 associações de produtores e 1 cooperativa de consumo. O Recenseamento Geral da Agricultura de 2004, refere que 70% da área total cultivável (443.588 Litros, correspondente a 44.359 há) em Cabo Verde está distribuída por explorações de pequena dimensão, com áreas entre 0.1 a 1 há. Apenas 11% do total da área cultivável está associada a explorações com mais de 2 há.

Segundo o mesmo documento, a superfície irrigada ocupa uma área de 2.732 há, tendo cerca de 7.593 explorações em regime de regadio (com uma superfície média de 0,5 há). A superfície com sistema de rega gota-a-gota que em 2004 cobria uma área de cerca de 350 há, atingiu em 2010 cerca de 800ha.

O subsector hortícola tem registado grande evolução, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade, motivando uma mudança gradual na estrutura do sector primário, promovendo hábitos alimentares mais saudáveis e desempenhando um papel económico cada vez mais importante. O grande constrangimento que subsiste ainda neste subsector prende-se com o seguimento da produção hortícola, onde não se implementou de facto, um sistema de estatísticas para a horticultura. Aliás este constrangimento se põe, numa forma geral, em relação à fruticultura, à pecuária e à produção de raízes e tubérculos. A implementação de um sistema permanente de seguimento da produção agrícola permitiria dar maior visibilidade ao sector ao nível das contas nacionais e avaliar a real contribuição do mesmo para a formação da riqueza nacional.

Considerado um dos sectores mais rentáveis da agricultura cabo-verdiana, o sector hortícola, permite criar postos de trabalho em outros subsectores da fileira, nomeadamente, venda e revenda, comercialização de factores de produção e transporte. A introdução de novas tecnologias na fileira hortofrutícola, designadamente, novas espécies e variedades mais produtivas, mais resistentes às pragas e melhor adaptadas às condições climáticas e a massificação de técnicas de micro-irrigação, permitiu ao subsector não só um aumento nos rendimentos e na produção em geral, como também

uma melhoria na qualidade dos produtos e sua disponibilidade ao longo do ano. Ultimamente tem-se verificado algum investimento em melhorias das condições de cultivo de hortícolas com técnicas inovadoras, nomeadamente culturas protegidas e hidropónicas, pelo que constata-se a existência de algumas situações pontuais de explorações agrícolas, com uma maior dimensão tecnológica, nomeadamente no Sal, Santo Antão, S. Nicolau e em Santiago. Começa assim, a despontar timidamente uma classe empresarial ligada às culturas hortícolas.

De referir que a investigação aplicada, mormente no que toca à introdução de novas variedades melhor adaptadas e mais performantes e a formação dirigida aos produtores e técnicos do sector aliados à execução de obras de captação, armazenamento e distribuição de água, foram também factores determinantes para se obter este resultado no sector hortícola.

Dados estimados pela DGPOG, com assistência da FAO e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referem que, em 2010 a produção total de hortícolas foi de 26.283 ton, destacando as produções de tomate (12.144 ton), cenoura (4.358 ton) e cebola (3.180 ton), representando no seu conjunto cerca de 75% da produção total de hortícolas.

No tocante às raízes e tubérculos, segundo a mesma fonte, a produção em 2010 foi de 12.592 ton. A produção de raízes cobre todo o mercado interno, enquanto a de tubérculos, batata comum, satisfaz apenas cerca de 30% das necessidades de consumo.

A fruticultura, segundo os dados mais recentes disponibilizados também pela DGPOG, assegura anualmente cerca de 10.363 ton de frutas, sendo de destacar as produções de banana, manga e papaia que representam cerca de 9.830 ton. Esta produção é considerada fraca, devido a predominância do regime de sequeiro para a maioria das fruteiras, com excepção da bananeira, papaieira e alguma mangueira. Sob o ponto de vista económico a fruticultura concentra-se praticamente nestas três espécies. No entanto, a introdução de variedades e espécies melhor adaptadas às condições agro-ecológicas do país e a instalação de viveiros modernos permitiu imprimir uma certa dinâmica a este sector, tendo grandes possibilidades de desenvolvimento, pois para além de proporcionar algum rendimento às famílias, contribui para a melhoria e diversificação da dieta alimentar e desempenha um papel importante no domínio da conservação dos solos.

A produção de uvas e de café têm uma especificidade territorial concentrando-se na ilha do Fogo, que detém 55,7% do total dos cafeeiros, maioritariamente dispersas nas parcelas, e na ilha de Santo Antão, onde as plantas estão distribuídas em pomares. Não existem dados estatísticos fiáveis relativamente à produção de café, visto que nenhum inquérito exaustivo foi realizado neste sentido.

De acordo com o estudo realizado pela ACIDI/VOCA em 2006 a produção anual de café situar-se-ia em torno das 100T, porém estimativas mais recentes levadas a cabo pela Direcção de Estatísticas do MDR revelam valores entre 22T em 2006 e 25T em 2011. De todo o modo, a necessidade de dados de produção fidedignos é condição *sine qua non* para o desenvolvimento duma estratégia de comercialização competitiva que tire partido da identidade territorial e fama do café do Fogo, com todos os requisitos de um produto (semi-) orgânico com denominação de origem. Outros constrangimentos

ligados à produção do café compreendem o declínio de produtividade e da qualidade, idade dos cafeeiros, deficientes práticas culturais, de colheita e processamento, falta de incentivos dos produtores para investirem nas plantações, concorrência de produtos importados etc.

O especto de especificidade territorial também se verifica com a videira, com a ilha do Fogo concentrando 99,4% das plantas existentes. Esta cultura tem assistido uma grande evolução tanto em termos de produção de vinho branco e tinto de qualidade como em matéria de transformação. A evolução da produção/venda (de 5.000 litros em 1998 a 27.500 litros em 2003) demonstra o interesse dos consumidores por estes produtos com alto valor acrescentado.

O agro-negócio é constituído pela produção primária, o processamento e a comercialização (directa ou após o processamento) aos consumidores. Em Cabo Verde o agro-negócio baseia-se essencialmente na comercialização de produtos frescos, sobretudo hortícolas e na produção de alguma agro-indústria (doces com polpa de frutas, queijo, enchidos, café, licores, aguardente de cana, vinho, etc), geralmente feita de forma artesanal e em pequena escala. Os constrangimentos com que se depara o agro-negócio prendem-se essencialmente com as ineficiências ligadas à produção, nomeadamente a falta de coordenação em termos de selecção da cultura, da calendarização, das práticas de pós-colheita, da falta de escala, da deficiente logística de distribuição do campo ao consumidor final, resultando em perdas pós-colheita significativos, aos disfuncionamentos dos mercados, ao deficiente acesso aos mercados e desconhecimento da dinâmica e tendências cíclicas do mesmo. Estes constrangimentos aliados às fraquezas estruturais da agricultura Cabo-verdeana, à pequena dimensão das explorações que produzem sem qualquer coordenação e ligação aos mercados, ao incerto transporte inter-ilhas e ainda à fraca propensão dos agricultores para correr riscos, fazem com que o agro-negócio esteja ainda numa fase incipiente, pouco diversificada e concentrando-se num número reduzido de actividades.

Para um maior desenvolvimento do sector de agro-negócios e aproveitamento das potencialidades e oportunidades existentes é necessário uma articulação funcional ao longo da cadeia entre as actividades a montante e a jusante da produção, tratamento pós colheita, transformação e comercialização, melhoria da cadeia de logística do campo ao mercado, estabelecimento da ligação com mercados alvo de nível local, turístico ou de produtos nicho “produtos di terra”.

A agricultura de sequeiro é praticada em explorações agrícolas do tipo familiar, de subsistência com uma superfície média de apenas 1,19 ha, sendo este o regime de exploração predominante e tendo como principal cultura a co-associação milho - feijões (95% das terras cultivadas). A produção de milho, único cereal produzido em Cabo Verde, cobre em média apenas 10% das necessidades ao nível nacional de consumo em cereais. O nível de utilização de fertilizantes e pesticidas é irrisório. As produções anuais são aleatórias em função das precipitações tendo variado nestes 20 últimos anos entre 1.300 t e 36.000 t para o milho e de 58t e 9.753 t para os feijões. Os rendimentos médios são muito fracos na ordem de 300Kg/há e de 90 Kg/há para o milho e feijões respectivamente. Apesar da baixa produtividade este sistema de produção compreende cerca de 33 805 explorações, representando 76,3 % das famílias que praticam a agricultura de sequeiro.

A exploração pecuária familiar representa uma componente importante dos rendimentos e da subsistência de cerca de 41.000 famílias ou seja cerca de 60% da população rural total, sem excluir as zonas urbanas, onde embora com menor frequência, não deixa de ser significativa a criação de animais de pequeno porte em unidades intensivas e/ou de subsistência que se desenvolvem nas periferias. Muito dependentes da agricultura e das pastagens naturais, os sistemas de exploração de ruminantes têm uma fraca produtividade (leite e carne) e o efectivo é largamente excedentário relativamente aos recursos forrageiros.

A suinicultura que é praticada em cerca de 29 937 explorações experimentou nos últimos anos uma importante expansão decorrente do progresso genético e tecnológicos introduzidos.

As explorações avícolas continuam maioritariamente tradicionais, mas a avicultura intensiva (carne e ovos) conheceu uma grande expansão, até à década de noventa. No entanto, a avicultura semi-intensiva e intensiva sofreu uma grande decadência nos últimos anos devido a concorrência de frangos e peças de frangos importados massivamente. Da consulta dos dados de importação de frango inteiro ou peças de frango publicados pelo INE constata-se que em 2001 atingiam as 30T para frangos inteiros e 2 264T peças de frango. No mesmo período o consumo médio anual de carne de frango era estimado em cerca de 2359T/ano, com base num consumo per capita anual de 5,2Kg/pessoa/ano (IDRF2001/02). Em 2011 as importações de carne de frango triplicaram relativamente a 2001, atingindo as 7014 T entre frangos inteiros e peças e miudezas de frango. O aumento da população, os preços relativamente baixos destes produtos e mudança nos hábitos alimentares explicam os volumes de importação destes produtos.

Nota-se uma tendência recente para a diversificação das espécies nomeadamente coelhos, patos e perus assim como a apicultura. Não obstante a fraca participação da pecuária na formação do PIB, ela desempenha um papel particularmente importante na satisfação das necessidades das populações em proteína e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado em carne e ovos e em menor escala em leite. Assim, constitui uma fonte de rendimento complementar das famílias rurais, gerando poupança e empregos.

Em termos de contribuição para a formação da riqueza do país refira-se que o sector agrícola é pouco produtivo, contribuindo em média entre 8 a 10% na formação do PIB, contudo, e tendo em conta a multifuncionalidade do sector e o seu peso em termos sociais, o sector da agricultura é determinante para a redução da pobreza nas áreas rurais assumindo um papel de relevo na produção de alimentos, criação de empregos e na estabilização dos preços, particularmente dos bens alimentares. Nos anos de melhores resultados agrícolas, registam-se também alterações positivas nos indicadores macroeconómicos, como é o caso da inflação e do poder de compra dos consumidores, através da redução de preços no mercado.

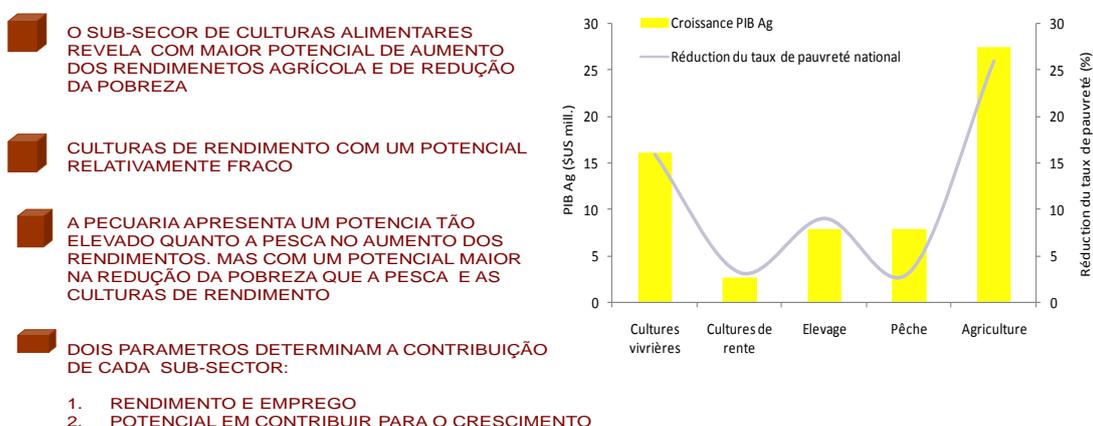
Dados sobre a pobreza indicam que o número de pobres diminuiu de 49% em 1988-89 para 37% em 2001-2002. O meio rural era o habitat que albergava a maior percentagem dos pobres (62%) e dos muito pobres (68%). Em decorrência a pobreza era mais preocupante nas cinco ilhas predominantemente rurais e com vocação agrícola: Santiago (37%), Santo Antão (54%), Fogo (43%), Brava (41%) e S.Nicolau (40%). De acordo com os resultados do QUIBB de 2007, constata-se que o nível de pobreza em Cabo

Verde baixou em cerca de 10% entre 2001/02 e 2007 de 163 200 pobres em 2001 para 130 900 em 2007. Essa redução foi observada tanto no meio urbano quanto no meio rural, porém, o decréscimo foi mais acentuado no meio urbano, 11% contra 7.1% no meio rural. Conclui-se dos resultados que o impacto das políticas de combate à pobreza foi maior no meio urbano, pelo que deverão ser reforçadas as intervenções e os investimentos no sector rural de forma a promover um desenvolvimento equilibrado e harmonioso tanto no campo como na cidade.

Com cerca de 70% dos pobres residindo nas zonas rurais, a relevância do sector do Desenvolvimento Rural é inequivocamente reconhecida no âmbito da redução da pobreza. Com efeito, um exercício de modelização levado a cabo em finais de 2009, no âmbito da elaboração do Programa de Investimento na Agricultura – no contexto do CAADP/ECOWAP - concluiu que da efectiva implementação do programa e da promoção do crescimento do sector da agricultura o país estaria em condições de reduzir a pobreza e atingir o Objetivo de Desenvolvimento do Milénio relativamente à redução da pobreza. As conclusões apontaram que na redução da pobreza de 1% a nível nacional, $\frac{3}{4}$ é devido ao crescimento do sector agrícola. A redução dos níveis da pobreza em Cabo Verde depende directamente dos investimentos no sector da agricultura, especialmente no subsector da horticultura, o qual apresenta maior potencial de crescimento. Fig. 1 – Crescimento dos Subsectores e redução da Pobreza - Estudo de modelização IFPRI/CAADP – Matriz de Contabilidade Social

CRESCIMENTO DE SUBSECTORES E REDUÇÃO DA POBREZA EM CABO VERDE

AUMENTO DO PIB AGRICOLA E REDUÇÃO DA POBREZA RESULTANTE DO CRESCIMENTO ADICIONAL DE 1% EM CADA SUBSECTOR



Os investimentos públicos na agricultura, que ao longo das três últimas décadas registaram uma tendência decrescente, situando-se, contudo, sempre acima dos 10%, são altamente dependentes da contribuição dos parceiros externos. A contribuição financeira dos parceiros internacionais ao PIP agrícola no período 1997 a 2005 subdivide-se em Donativos e Ajuda Alimentar (61,8% e 19,1% do PIP respectivamente) e em empréstimos pelas instituições financeiras internacionais e regionais (9% do PIP). A parte do tesouro público representou 10% dos investimentos totais no sector da agricultura durante o período considerado.

II. Que oportunidades existem para Cabo Verde

Apesar dos condicionantes da agricultura em Cabo Verde o sector possui um conjunto de potencialidades inexploradas que poderão impulsionar o desenvolvimento durável da agricultura e do mundo rural, contribuindo para o aumento dos rendimentos dos agricultores e conseqüentemente para a redução da pobreza e aumento da qualidade de vida das populações rurais. Para isso é preciso trabalhar o conceito da transformação da agricultura tradicionalmente de subsistência para uma agricultura orientada para o mercado, obedecendo a questões pragmáticas como, a rentabilidade da produção, os mecanismos de acréscimo de valor, a imagem, a marca, certificação de qualidade, distribuição e comercialização, sem descorar as questões sociais e de tradição representada pela nossa agricultura de sequeiro.

As perspectivas de crescimento e expansão do mercado turístico, fazem prever um grande aumento em termos de fluxo de turistas (meta 500,000 até 2013, Plano Estratégico do Turismo) constituindo um mercado potencial para o consumo de frutas e hortaliças produzidas localmente. Não obstante, as indiscutíveis possibilidades que este mercado encerra, estudos levados a cabo (Agland Investment Services- MCA- 2009) apontam o carácter cíclico deste mercado, concluindo que o consumo em produtos frescos da população turística representa apenas uma pequena percentagem da capacidade da população residente em consumir esses produtos. De qualquer forma é necessário maior conhecimento deste mercado, no sentido de conhecer a sua dinâmica, dos padrões de qualidade e de consumo e sobretudo os competidores.

O mercado local encerra, desta feita, o maior potencial para o consumo de frutas e hortaliças se levarmos em consideração que o consumo médio per capita de frutas e legumes é abaixo da média recomendada pela FAO. Efectivamente, de acordo com as projecções sobre os padrões de consumo para frutas e hortaliças em Cabo Verde, constata-se que o consumo per capita de hortaliças é de 53Kg/ano, 29Kg/ ano para as frutas e 21Kg para as raízes. O consumo de frutas e hortaliças em Cabo Verde, calculado em cerca de 282g/dia, está abaixo dos 400g/dia, recomendados pela FAO, fazendo pressupor um grande potencial para o aumento, caso seja promovido o consumo através de campanhas de sensibilização da população no sentido da adopção de hábitos alimentares mais saudáveis.

Refira-se igualmente que na sua maioria os produtos produzidos localmente gozam da preferência no mercado local pressupondo-se que o principal constrangimento para as hortaliças domésticas reside principalmente na sua disponibilidade ao longo do ano do que propriamente na capacidade de competir com os produtos importados.

Cabo Verde possui comunidades emigradas espalhadas por vários continentes, as quais mantêm fortes vínculos afectivos com o país de origem, o mercado da diáspora constitui uma oportunidade ainda pouco explorado. A capitalização de algumas iniciativas informais de comercialização de produtos típicos na diáspora e a melhoria dos aspectos logísticos destas operações permitiria explorar o potencial deste mercado para produtos nicho como grogue, licores, vinho, café, produtos transformados, etc

Os investimentos na melhoria das infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias representam igualmente oportunidades para a agricultura, na medida em que deverão permitir melhoria no circuito de distribuição e comercialização dos produtos agrícolas e baixar os elevados custos de transação, nomeadamente o transporte inter-ilhas.

Realça-se ainda que o sector apresenta oportunidades interessantes de investimento privado ou para o estabelecimento de parcerias público privadas no domínio da infra-estruturação do sector (barragens, furos, centros pós colheita etc) ; na comercialização de factores de produção e de equipamentos, a transformação agro - alimentar; no sector de serviços, tais como, os transportes, telecomunicações, serviços de apoio técnico e sociais; e o turismo rural.

A materialização destas oportunidades constitui um desafio que se prende com o desenvolvimento durável da agricultura no sentido lato (agrícola, pecuária, silvicultura), em particular no que toca:

- Mobilização e gestão dos recursos hídricos (superficiais, subterrâneos, águas residuais);
- Aumento da produção e da produtividade da agricultura irrigada e de sequeiro e a diversificação dos rendimentos agrícolas no meio rural;
- Reestruturação e reforço da investigação aplicada e dos serviços de extensão rural
- Adequação dos sistemas de exploração da terra aos recursos naturais disponíveis;
- Promoção da produção agro-pecuária e dos rendimentos rurais com base numa abordagem participativa;
- Modernização e reforço da competitividade agrícola
- Identificação e análise da dinâmica dos mercados alvos (interno, turístico da diáspora) e organização das fileiras com maior potencial estabelecendo “links” com os mercados finais.

- Formação, qualificação e especialização dos agentes ligados ao sector rural (técnicos, agricultores, produtores).
- Valorização dos produtos; Promoção de normas de qualidade e de segurança sanitária ; Desenvolvimento da cadeia de valor de produtos niche da sua imagem e marca.

- Produção de produtos vegetais de qualidade e alto valor acrescentado, orientada para o sector do turismo.
- Valorização e diversificação da produção pecuária local;
- Empresas privadas de factores de produção, divulgação e vulgarização de novas técnicas de produção.

Estas potencialidades poderão ser capitalizadas através de reformas institucionais imprescindíveis: (i) reforço das organizações de agricultores, promoção de cooperativas; (ii) desenvolvimento de serviços financeiros adaptados ao investimento na agricultura; (iii) melhoramento das estruturas e da organização dos mercados; (iv) reestruturação e

reforço da investigação aplicada e especialização dos serviços de extensão rural; e (v) reforço da produção, análise e difusão das estatísticas sectoriais.

III. Quais os principais constrangimentos e desafios do sector

Constrangimentos

Os principais constrangimentos da agricultura cabo-verdiana são:

- Fraqueza de recursos naturais (hídricos, fundiários e biodiversidade) e da sua gestão sustentável
- Insularidade, pressão demográfica, pobreza rural
- Fraca organização dos produtores/agricultores e ausência de estratégias produtivas, que para além de ter como consequência um baixo rendimento da actividade, condiciona o processo de inovação, diversificação e comercialização; tradições sócio culturais fortemente enraizadas (inadequação dos sistemas tradicionais de produção)
- Recursos técnicos (falta de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção específicos das ZAE); ausência de integração sectorial; existência insuficiente de animais de raças melhoradas e, predomínio da tecnologia tradicional neste subsector;
- Recursos económicos e financeiros (fraca valorização dos produtos, inadequação e limitações de acesso ao crédito rural, fraca diversificação das actividades e rendimentos)
- Recursos físicos (falta de infra-estruturas de gestão dos recursos naturais, produtivos e sócio económicos)
- Recursos institucionais (centralização, divisões dos serviços, fraqueza dos serviços de investigação agrária e de extensão rural) - Carência de assistência técnica aos agricultores. Inexistência de um modelo de extensão rural moldado de acordo com os desafios e mudanças que as unidades de produção agrícola devem adoptar para responder às exigências do agro-negócio.
- Recursos Humanos – Grande percentagem de produtores com baixo nível de formação e escolaridade. Inexistência de um plano estratégico e integrado de formação.
- Transportes- A irregularidade de ligações nos transportes marítimos, que condiciona a exploração das oportunidades de mercado interno, sobretudo para as ilhas turísticas. Os produtos hortícolas e frutas produzidos localmente, não são, actualmente, alvo de medidas especiais no seu transporte de tal forma a garantir a sua qualidade intrínseca, minorando perdas no transporte. Não existem câmaras frigoríficas para o transporte de produtos hortofrutícolas que possibilitem um maior controlo de qualidade desses produtos.

Desafios

Cabo Verde ratificou a Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar na Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, reunidos em Maputo em Julho de 2003 onde assumiu o compromisso de consagrar pelo menos 10% do orçamento do estado aos investimentos na agricultura e de promover um crescimento do sector da ordem dos 6%. Tendo em conta que o crescimento da agricultura nos últimos anos situa-se em torno de 2,6% esforços consideráveis terão de ser levados a cabo o sentido da modernização e aumento da competitividade do sector.

Os grandes desafios que se colocam ao país nos próximos anos prendem-se com:

- Gestão dos equilíbrios macroeconómicos e aprofundamento e consolidação das reformas estruturais
- Conservação e valorização dos recursos naturais e alargamento da base produtiva.
- Modernização da agricultura e promoção da competitividade do sector
- Adequação e gestão dos recursos humanos do sector
- Reforço da articulação institucional
- Adaptar as produções agrícolas (vegetais, animais e silvícolas) de acordo com as potencialidades das ZAE
- Promoção da contribuição do sector na economia nacional pela produção de produtos agrícolas de alto valor acrescentado, organização de fileiras e desenvolvimento de cadeias de valor focalizando nos produtos com potencial para conquistar segmentos de mercado específicos (mercado local, da diáspora e hoteleiro/turístico).
- Adaptar e criar as condições para responder ao mercado turístico exigente em termos de quantidade, qualidade e estabilidade do aprovisionamento.
- A diversificação de rendimentos rurais (turismo, artesanato, produções não-alimentares)
- Promoção de parcerias público - privadas, como incentivo à produção agropecuária.
- Identificação dos segmentos de negócio onde a competitividade poderia ser favorecida utilizando ferramentas como por exemplo “cluster”.
- Iniciar o desenvolvimento da cadeia de frio

Análise SWOT Agricultura

	Positivo	Negativo
Interno	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais: abundância das águas superficiais; O potencial estimado em 181 milhões de metros cúbicos é três vezes mais do que o potencial explorável das águas subterrâneas. • Capital humano: recursos humanos jovens e qualificados; capacidades de formação Profissional para agricultura, o saber fazer e conhecimento dos agricultores • Capital Social: emergência de organizações camponesas e das suas federações • Capital técnico existência de institutos de pesquisa (INIDA) de formação (Universidades, Escola Nacional de Hidroponia); tecnologias de captação e conservação da água; técnicas agro-florestais e silvo pastoris; apoios técnicos privados • Capital económico e financeiro: Existência de instituições financeiras como o BCA, CECV, o Novo Banco, IMF/ONG e de mútuos de poupança e de crédito; Emergência do sector privado a montante e a jusante da produção; • Capital físico: Infra-estruturas rurais para o acesso aos recursos e aos mercados; barragens/reservatórios; Centros de Inspeção e Conservação de produtos agrícolas (Fogo e Santo Antão) etc • Capital político: Processo de descentralização; vontade de reforçar a cooperação regional, sub-regional e internacional (recursos, formação, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraqueza de recursos naturais (hídricos, fundiários e biodiversidade) e da sua gestão sustentável • Insularidade, pressão demográfica, pobreza rural • Fraca organização dos produtores/agricultores • Falta de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção específicos das ZAE); • Existência insuficiente de animais de raças melhoradas e, predomínio da tecnologia tradicional neste subsector; • Fraca valorização dos produtos, inadequação e limitações de acesso ao crédito rural, fraca diversificação das actividades e rendimentos) • Fraqueza dos serviços de investigação agrária e de extensão rural - Carência de assistência técnica aos agricultores • Baixo nível de formação e escolaridade dos produtores • Irregularidade de ligações nos transportes marítimos, • Inexistência da cadeia de frio • Deficiente manutenção, gestão e exploração dos perímetros florestais; • Fraca articulação inter e intra institucional; • Falta de pesquisa do potencial genético dos animais de raça local; • Falta de seguimento e avaliação da real performance dos animais de raça melhorada; • Dificuldades de acesso ao capital financeiro por actores do sector agrícola; • Ausência de uma política fundiária • Fraca apetência do sector privado para assumir riscos; • Ausência de uma política de crédito para o financiamento de actividades agrícolas rentáveis; • Falta de seguimento dos mercados
Externo	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado do Turismo em forte expansão • Existência de um mercado da diáspora que oferece grandes oportunidades de negócios devido ao valor atribuído aos produtos “di terra”; • Modernização das infraestruturas rodoviárias, portos e aeroportos; • Cabo Verde como membro da OMC; • Situação geo-estratégica de Cabo Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas; secas/inundações • Surgimento de novas pragas e doenças; • Conjuntura económica internacional Eventuais dificuldades na mobilização de fundos necessários à implementação da dinâmica de desenvolvimento agrícola e rural;

IV. Quais os principais constrangimentos e desafios do sector

A chamada 'nova agricultura' requer a execução participativa de novos modelos rurais de exploração integrando os diversos subsectores agrícolas e não-agrícolas com vista a optimização dos rendimentos dos camponeses na base de:

- Gestão sustentável dos recursos naturais, sobretudo através de um melhor domínio da gestão da água e dos sistemas de exploração
- Adaptação dos sistemas de produção às condições edafoclimáticas para uma melhor resistência aos choques internos e externos
- A valorização dos produtos agrícolas e não-agrícolas e dos serviços de comunidades rurais e desenvolvimento do sector privado.
- Responsabilização dos actores locais para o desenvolvimento
- Introdução de tecnologias adaptadas para intensificação e diversificação agrícola e da valorização dos produtos
- Apoio ao serviço de descentralização e desconcentração da gestão dos programas de desenvolvimento agrícola

Estratégias Operacionais

- Uma abordagem integrada de desenvolvimento dos sectores agrícolas (produção vegetal animal e silvícola) e não-agrícola (AGR, turismo rural, etc)
- Responsabilização dos parceiros da base (associações, OP) e dos privados
- Promoção das fileiras de produção de grande valor acrescentado (intensificação e diversificação) e de outros AGR rentáveis
- Reestruturação institucional: Adequação dos serviços técnicos públicos, privados e associativos e promoção do papel facilitador do estado por uma abordagem integrada orientada para os sistemas de produção.
- Adaptação dos regulamentos e utilizações fundiárias (carta de ocupação de solos) com base num consenso social com vista a garantir o usufruto das melhorias fundiárias aos que trabalham a terra

Prioridades Sectoriais

- Mobilização e valorização durável e integrada dos recursos hídricos e fundiários
- Bacias Hidrográficas enquanto unidade de gestão
- Reforço das capacidades técnicas: reestruturação da R-D e da vulgarização integrada
- Reforço das capacidades humanas (formação) e social e integração da abordagem género

- Reforço das capacidades físicas: construção, gestão das infra-estruturas mobilização e captação da água, construção de centros de transformação stockagem e distribuição da produção
- Reforço das capacidades políticas e institucionais

1.O acesso e gestão durável dos recursos naturais hídricos, fundiários e biológicos, incluindo haliêuticos, nomeadamente pelo reforço das infra-estruturas e das capacidades de gestão sustentáveis das comunidades rurais, no quadro dos ordenamentos agro-silvo-pastoris para a intensificação e a diversificação das produções agrícolas. Valorização dos recursos marinhos das ZEE e desenvolvimento integrado da pesca.,

2.A valorização dos produtos agrícolas e outros pelo reforço das actividades de conservação, de transformação e de comercialização, nomeadamente pelo estabelecimento de infra-estruturas adaptadas, de capacidades empresariais privadas e/ou associativas, etc...

3.O reforço dos serviços técnicos pela activação da pesquisa participativa para o desenvolvimento e pela promoção /vulgarização das tecnologias apropriadas,

4.O estabelecimento de um ambiente socio-económico e político favorável, nomeadamente pela: (i) promoção do papel do sector privado e associativo a montante e a jusante da produção, (ii) formação dos recursos humanos do meio rural de apoio as iniciativas locais, etc., (iii) reforço das capacidades económicas e financeiras, (iv) adaptação das capacidades físicas ás necessidades, e (vi) reforço das capacidades políticas e institucionais,

5.A luta sustentada contra a fome e a má nutrição, nomeadamente pelo estabelecimento/reforço do sistema de seguimento da situação alimentar e nutricional, promoção do direito à alimentação e regulamentação e operacionalização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

V. Qual deve ser a visão para o sector

A agricultura, no sentido lato, e o desenvolvimento rural sustentáveis exigem a identificação de estratégias adaptadas e eficazes que valorizem os recursos economicamente rentáveis e socialmente aceites por todos, numa perspectiva de longo prazo e com participação de todos na formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e no seguimento/avaliação.

Decorrente da visão de desenvolvimento preconizada no programa do Governo para a VIII Legislatura 2011-2016, seja, “uma nação inclusiva, justa e próspera para todos”, tendo como pedra basilar a construção duma economia, dinâmica, competitiva e inovadora, tem na sua essência impacto directo na nova ruralidade e no ritmo de modernização do sector de desenvolvimento rural.

Efetivamente, a redução da pobreza, o “*empowerment*” dos pobres e dos que vivem nas zonas rurais, o alargamento da base produtiva, a ligação das áreas rurais ao sector do turismo através da cadeia de valor e a empresarização do sector da agricultura estão no âmago da política agrícola, constituindo os desafios maiores para o período 2012-2016. Para materialização desta nova ruralidade e relançamento da agricultura como actividade económica que pode sustentar as condições de existência duráveis das populações rurais as prioridades devem estar centradas na mobilização da água (superficial/subterrânea) no melhoramento das explorações familiares através de sistemas de produção agro-silvo-pastoris adaptados às condições específicas das ZAE, resistentes aos choques intensivos, diversificados e orientados para os produtos com elevado valor acrescentado. Assim, a nova agricultura focalizará as fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços nomeadamente o turismo rural.

VISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

« Uma agricultura moderna, sustentável e competitiva capaz de satisfazer as demandas dos mercados nacional, turístico e da diáspora e responder aos desafios da segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza.»

VI. Quais os objectivos para os próximos 5 anos

Os próximos 5 anos deverão permitir reorientar e consolidar uma nova agricultura, capaz de assegurar simultaneamente : (i) a gestão sustentável dos recursos naturais, (ii) intensificar, diversificar e valorizar a produção agrícola (iii) a promoção de actividades rurais geradoras de rendimento, incluindo o turismo rural; (iv) a promoção do empreendedorismo rural;(v) identificação de segmentos de negócio competitivos no sector da agricultura;(vi) a garantia da segurança alimentar e; a (vii) redução dos níveis de pobreza

As acções do MDR para o período 2011-2016 deverão concentrar na operacionalização do Programa Nacional de Investimento na Agricultura (PNIA) e dos sub-programas nele constantes seja: mobilização da água e promoção da irrigação programa federador; desenvolvimento das fileiras agrícolas; gestão dos outros recursos naturais (pecuária, florestas e pescas); pesquisa desenvolvimento e difusão de novas tecnologias de produção; gestão das crises alimentares e outras catastrofes naturais; reforço institucional.

Subprograma 1. - Mobilização da água e promoção da irrigação - Principais acções

- Aumentar o acesso dos produtores às técnicas modernas de gestão de água e solos.
- Criação de 1.100 ha de novos perímetros irrigados com sistema de rega gota - a-gota prevendo-se beneficiar cerca de 3.235 agregados familiares (média de 0,35ha por agregado)
- Mobilização de 6,9 milhões de m³ de água para agricultura

- Construção de 6 barragens, (Salinero, Faveta et Saquinho, Figueira Gorda, Canto Cagarra e Banca Furada.
- Abertura de 73 furos (Brava, Fogo, Santiago, S. Nicolau, Santo Antão S. Vicente.
- Construção de 140 diques de captação e de recarga dos lençóis freáticos.
- Construção de 157 reservatórios de diferentes capacidades e nas diversas ilhas agrícolas
- Abertura e equipamento de 53 poços nas localidades de Maio, Boavista, São Nicolau e Santo Antão.
- Construção de 6 unidades dessalinizadoras nas ilhas do Fogo, S.Vicente, Santiago, Boa Vista e Sal.
- Ordenamento de 5 bacias hidrográficas nas ilhas de Santiago (Flamengos e Principal), Santo Antão (R^a da Torre e Alto Mira) e S. Nicolau (R^a Prata).

Ainda no quadro do programa mobilização da água está previsto a construção de mais duas barragens nas bacias hidrográficas de Flamengos e Principal, enquadrados no projecto de ordenamento das bacias em referência com financiamento do BADEA. Com o apoio financeiro da Facilidade Africana para a Água serão realizados 10 anteprojectos de barragens dentre os quais 5 com projectos detalhados e respectivos cadernos de encargos.

Neste desiderato refira-se que para além dos financiamentos já confirmados e engajados, esforços suplementares em termos de mobilização de recursos financeiros serão necessários para a concretização das metas constantes do Programa do Governo para VIII Legislatura 2011-2016, seja a mobilização de 75.000.000 metros cúbicos de água e a construção de 17 barragens.

Subprograma 2. Desenvolvimento das fileiras Agro-pecuárias e promoção do acesso aos mercados

O subprograma desenvolvimento das fileiras agrícolas decorre das acções do subprograma mobilização da água e promoção da irrigação, devendo concentrar as suas intervenções, nas zonas das infra-estruturas de captação, mobilização da água, permitindo valorizar os recursos hídricos mobilizados por essas infra-estruturas e promovendo o acesso dos produtores às novas tecnologias de produção, de transformação e comercialização. As intervenções deverão focalizar as fileiras agrícolas com maior potencial de rendimento como por exemplo hortícolas (tomate, alface, cenoura, pepino, cebola), raízes e tubérculos (mandioca, batata comum), fruteiras (bananeira e papaeira). Para as fileiras identificadas, as acções focalizarão o desenvolvimento da cadeia de valor contemplando os aspectos de pré-produção, produção, pós-produção, transformação/comercialização e os mercados finais.

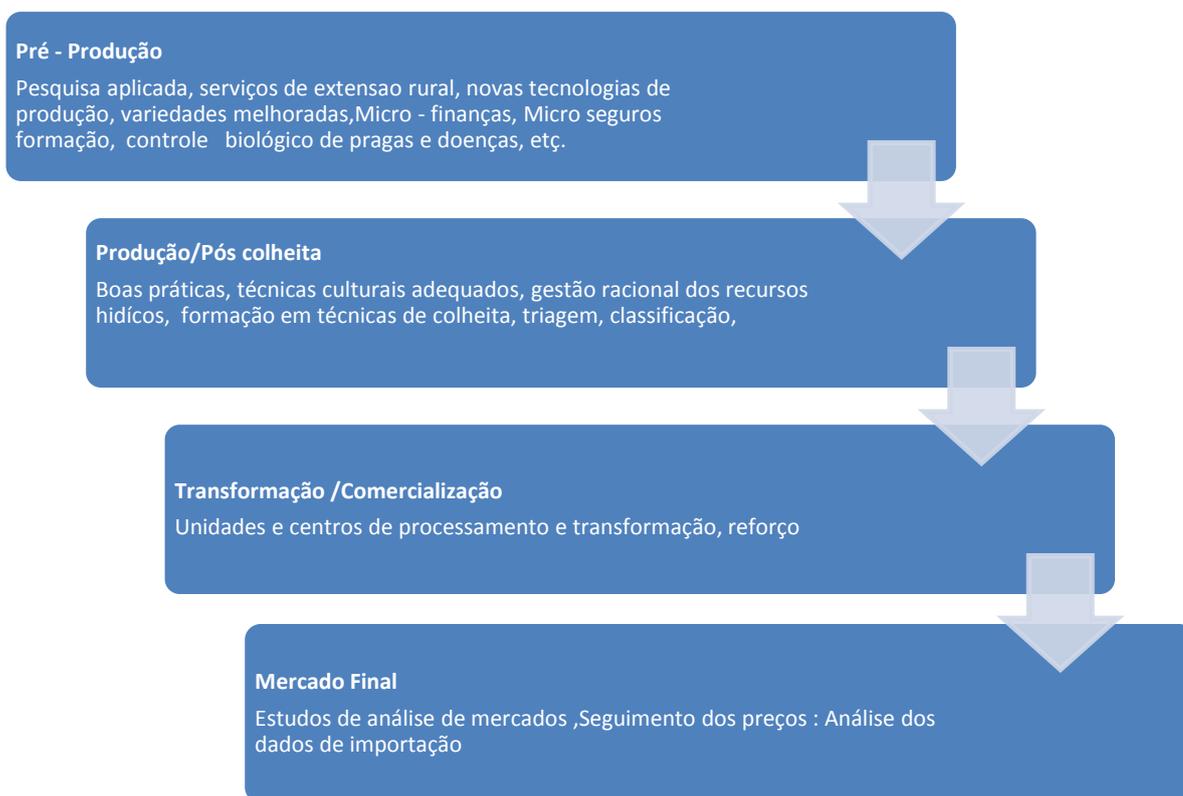
As fileiras do café e da uva pela sua importância económica e especificidade territorial deverão ser alvo das intervenções no sentido de organização da cadeia de valor. No caso do café apoio na melhoria das práticas culturais, da melhoria da qualidade, de desenvolvimento dum plano empresarial, dos aspectos organizacionais e de logística dos operadores, da PROCAFE, de marketing, e enfim intervenções ao longo da cadeia de valor, poderiam melhorar a competitividade. A criação de novas oportunidades de mercado e a inserção dos produtores de produtos artesanais ou com características de produtos com denominação de origem poderia ser

aproveitado para promover a competitividade destes produtos tanto no mercado local como no da diáspora.

No subsector da pecuária identifica-se a fileira queijo resultante da transformação do leite a qual deverá ser trabalhada no sentido de desenvolvimento das capacidades de transformação, melhoria das condições sanitárias e rastreabilidade ao longo da cadeia de valor.

A organização em cluster enquanto ferramenta para aumentar a competitividade, permitindo a difusão/adopção de inovações, ganhos de escala (cooperativas, associações de produtores) e desenvolvimento de empresas conexas como, distribuição, transporte comércio, etc deverá ser analisada e avaliada para aqueles segmentos de mercado e produtos que eventualmente poderiam beneficiar do processo de aglomeração. Para tanto, as fileiras identificadas deverão ser objecto de avaliação utilizando ferramentas como por exemplo “As cinco forças competitivas de Porter” , para se determinar os segmentos onde as vantagens em termos de competitividade justificariam a implantação de cluster.

Cadeia de Valor – Fileiras Agrícolas



As principais actividades previstas no âmbito deste subprograma compreendem:

- Reforço das estruturas de vulgarização (públicos, ONG e privados)
- Reforço das capacidades das estruturas de gestão. As capacidades das estruturas de gestão dos perímetros irrigados serão reforçadas (Municipalidades, Associações comunitárias de base (ACB) organizações dos agricultores e federações.

- Promoção do acesso ao crédito agrícola, descentralizado e adaptado às necessidades dos produtores.
- Estruturação das fileiras hortícolas e frutícolas.
- Promoção da transformação dos produtos. Apoio na implementação de infraestruturas de armazenagem, transformação e conservação de forma a melhorar o valor acrescentado dos produtos.
- Reforço da pesquisa desenvolvimento: estudos dos sistemas de produção tradicional, introdução de pacotes tecnológicos (variedades melhoradas, fertilização, controlo de pragas, gestão da água e solos).
- Promover o desenvolvimento de 100 novos projectos agrícolas promovidos por jovens formados nas várias actividades do sector;
- Criação de incubadoras do agro-negócio nas várias ilhas com vocação agrícola.
- Verificar e analisar a factibilidade económica para a criação de
- Uma unidade agro-industrial de processamento de batata descascada na ilha de Santiago (permitia impulsionar a actividade agrícola nacional para maior produção deste tubérculo, para abastecer o mercado turístico, com efeitos positivos no rendimento dos agricultores);
- Construção de Centros de transformação de mandioca em S. Nicolau e em Santiago;
- Centro de processamento de banana e outros frutos tropicais em Santiago;
- Pequenas Unidades de Processamento (embalagem) de cebolas, em Santiago, Maio, São Vicente e possivelmente noutras ilhas também;
- Pequenas indústrias de sumos de frutas em Santa Cruz e no Fogo

Subprograma 3. Gestão dos outros recursos naturais

- Apoio à elaboração e implementação de planos de gestão das zonas florestadas.
- Apoio às comunidades para gestão das zonas florestadas. A meta é de promover a assumpção da gestão pelas comunidades de 10% das zonas florestadas.
- Apoio à recuperação de terras degradadas. Pretende-se recuperar cerca de 500 ha de terras degradadas no período.
- Apoio à elaboração e implementação de medida de adaptação das florestas aos efeitos das mudanças climáticas.
- Redução dos riscos de incêndios florestais : Criação de um sistema de prevenção e luta contra os incêndios; sensibilização/formação dos actores envolvidos.
- Conservação de espécies florestais endémicas
- Promoção das actividades económicas que valorizem os produtos florestais (artesanato, eco-turismo).
- Capacitação dos actores na conservação e valorização de recursos florestais.

Subprograma 4 Pesquisa/Desenvolvimento e Divulgação novas tecnologias

- Apoio à transferência de novas tecnologias com instituições de pesquisa tanto a nível nacional como regional e internacional Os principais domínios serão: (i) micro-irrigação (ii) introdução de novas variedades melhoradas e mais performantes (iii) definição de doses fertilizantes, etc.
- Reforço/reabilitação das infra-estruturas de pesquisa.
- Capacitação dos investigadores.

Sub programa 5 - Prevenção e gestão das crises alimentares e outras catástrofes naturais

- Elaboração da regulamentação sobre o direito à alimentação adaptado à realidade de Cabo Verde
- Implementação dos principais mecanismos de acesso à uma alimentação adequada para todos
- Sensibilização dos actores públicos e privados sobre o direito à alimentação
- Promoção de acções de parceria para a implementação das estratégias nacionais de segurança alimentar
- Promoção das boas práticas de segurança alimentar e nutricional
- Reforço das instituições implicadas na gestão das crises
- Criação do Comité (ad hoc) de Gestão de Crises
- Reforço da capacidade de coordenação do MDR .
- Reforço/ Regulamentação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Sub programa 6 – Reforço Institucional

- Apoio à actualização das políticas e a operacionalização das mesmas.
- Adopção de medidas para utilização mais efectiva dos recursos internos e externos.
- Operacionalização do sistema de seguimento e avaliação integrando a abordagem sectorial e gestão por resultados.
- Revisão anual das despesas públicas em colaboração com os parceiros técnicos e financeiros.

QUADRO LOGICO, IDENTIFICANDO POLITICAS, REFORMAS, PROGRAMAS PROJECTOS NA OPTICA DOS DIFERENTES EIXOS

EIXOS ESTRATÉGICOS	POLÍTICAS	REFORMAS	PROGRAMAS	PROJECTOS
INFRAESTRUTURAÇÃO	Carta de Política da	Reforma do sector da água e	Mobilização de água e ordenamento de bacias	Ordenamento de bacias

	Água; Política fundiária (Carta de ocupação dos solos)	saneamento	hidrográficas	hidrográficas; Construção de infra-estruturas de mobilização da água(barragens, diques de captação e recarga) Plantas de dessalinização
	Política ambiental Lei Floresta Planos de Gestão		Melhoria da Gestão silvo-pastoril e outros Recursos Naturais.	Gestão Perímetros florestais Criação novas áreas florestadas Gestão das zonas de pastagens Melhoria das condições sanitárias nas zonas de pastagens
CAPITAL HUMANO		Reforma/reestruturação da R-D e da vulgarização integrada	Investigação agrícola aplicada e transferência de conhecimento e tecnologias	
BOA GOVERNAÇÃO		Reestruturação do CNSA	Promoção do Direito à Alimentação e Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar	Seguimento da situação alimentar e nutricional; Actividades geradoras de rendimento
		Reformas Institucionais; Adequação dos Recursos Humanos	Reforço da capacidade de gestão e coordenação institucional	Seguimento e Avaliação Estatísticas sectoriais (produção agro-pecuária, mercados SIM
SECTOR PRIVADO			Melhoria do agro-negócio e ao desenvolvimento das fileiras agro-pecuárias	Modernização da agricultura; Promoção de fileiras agro-pecuárias Valorização da produção agro-pecuária
NAÇÃO GLOBAL				

INVENTARIO E RESUMO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO ESTRATÉGICA NOS ULTIMOS 5 A 10 ANOS

Nº	Título do Documento	Resumo	Observação
1	PNIA – Programa Nacional de Investimento Agrícola Autor: MADRR, FAO, Ano: 2010	Foi elaborado e adoptado tendo em conta o objectivo maior de crescimento agrícola, redução da pobreza e a segurança alimentar. Fixa os principais eixos de intervenção estratégica e o nível de investimento a serem feitos para os próximos anos. A primeira fase do PNIA tem uma duração de 6 anos cobrindo o período 2010-2015 e visa essencialmente a redução da pobreza e o relançamento de um crescimento durável. É um instrumento de planificação que tenta operacionalizar as políticas agrícolas traçadas no PEDDA.	Documento em Francês
2	PEDDA – Programa Estratégico de desenvolvimento Agrícola Autor: MAAP, FAO Ano: 2004	Apresenta como objectivo maior para o sector o “desenvolvimento rural durável baseado na valorização integrada e participativa dos recursos naturais específicos das zonas agro-ecológicas”. Faz a caracterização do sector agrícola nos seus vários aspectos e dá atenção ao estudo da fileira dos produtos agrícolas, dos produtos animais e da pesca.	Documento em Francês
3	PADA – Plano de Acção para o Desenvolvimento da Agricultura nas ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e S. Nicolau 2009-2012 Autor: MADRRM, FAO Ano:	São os planos estratégicos de desenvolvimento agrícola das regiões/ilhas e no conjunto congregam as orientações e estratégias nacionais para o desenvolvimento do sector. Neles se estabelecem as acções e os projectos prioritários, em matéria das pescas, agropecuária, florestas, recursos hídricos para as ilhas do Fogo, Santiago, Santo Antão e São Nicolau no horizonte 2009-2012. Entendeu-se que era de todo urgente e prioritário iniciar um processo de regionalização do Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola – PEDDA, que numa primeira fase seria implementado através de Planos de Acção quadrienal, para as ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão e São Nicolau, e que serviriam como instrumentos orientadores para as Delegações e demais estruturas locais, na implementação das políticas e medidas para o sector agrícola e pesca.	

	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) 2002-2015	A ENSA tem por finalidade criar as condições para uma segurança alimentar durável e reduzir estruturalmente a pobreza e as desigualdades em Cabo Verde, integrando as diferentes dimensões da segurança alimentar.	
4	Plano Nacional de Segurança Alimentar 2007 – 2011	Os objectivos específicos fixados pelo programa para o são: (i) promover uma agricultura e pesca mais produtivas, mais diversificada e durável; (ii) garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos; (iii) melhorar o acesso económico aos bens alimentares e serviços sociais de base; (iv) reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar; (v) assegurar o reforço das capacidades dos actores e a promoção de uma boa governação da segurança alimentar; e (vi) garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água com vista a protecção da saúde pública e do consumidor.	
	Recenseamento Agrícola 2004	Dados estatísticos e estruturantes da agricultura cabo verdiana	
5	Estudo de Performance do sector da Agricultura - 2009	Exercício de modelização que evidencia a contribuição e o potencial dos sub-sectores agrícolas na redução da pobreza rural	
6	Relatório de Missão : O Sector Hortofrutícola em Cabo Verde – Eixos Estratégicos e Necessidades de Formação. Autor: Cesoci Internacional Ano: 2010	<p>O relatório realça que em Cabo Verde existem muitas potencialidades para desenvolver o sector hortofrutícola, mas com a condição de reduzir os constrangimentos. Entre as potencialidades cabe destacar: (i) a existência de um mercado interno para a absorção de produtos frescos e transformados; (ii) um mercado interno com possibilidades de aumentar com o aumento do turismo; (iii) a existência de uma boa franja de agricultores motivados, envolvidos na produção e comercialização.</p> <p>Assim, recomenda o desenvolvimento do Sector hortofrutícola com base em 3 eixos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Eixo Estratégico 1- Continuar a promover a hortofrutícola de regadio (aumento da superfície irrigada, massificação de sistemas de rega localizada...); b. Eixo Estratégico 2- Promover a cultura de espécies frutícolas de sequeiro para a fixação do solo, redução da erosão e do efeito “silting” nas bacias hidrográficas; c. Eixo Estratégico 3- Diversificar a produção frutícola em zonas húmidas e sub-húmidas. <p>Paralelamente ao desenvolvimento dessas acções o relatório recomenda a aposta em</p>	

		<p>formações técnicas sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fruticultura de Sequeiro em zonas húmidas e sub-húmidas; ▪ Fruticultura de Sequeiro em zonas áridas e semi-áridas para fixação do solo; ▪ Horto-fruticultura em zonas irrigadas. 	
7	<p>Projecto de Gestão de Bacias Hidrográficas e Apoio a Agricultura – Serviço de Desenvolvimento do Agro-negócio. Uma avaliação preparada para: MCA – Cabo Verde.</p> <p>Autor: Agland Investments Services (L. Patrick Hanemann e Herder Fonseca lopes)</p> <p>Data: 2009</p>	<p>O estudo identifica e aborda os potenciais obstáculos à comercialização da produção excedente de produtos de alto valor, que irá resultar nas melhorias em termos de práticas agrícolas nas 3 zonas de intervenção do projecto agrícola do MCA (Santo Antão, S. Nicolau e Fogo). Foram examinados:</p> <ol style="list-style-type: none"> i) Os principais mercados nos quais estes produtos serão vendidos, incluindo considerações da competição da importação, os actores presentes ao longo da respectiva cadeia de valor e os estabelecimentos retalhistas; ii) Os perfis económicos dos produtos agrícolas hortícolas seleccionados, incluindo os custos de intermediação; iii) Os sistemas de transporte que serão utilizados para fazer entrega desses produtos, do campo para o mercado; iv) As opções para a transformação com valor acrescentado de uma parte desta produção excedente. <p>O estudo chegou à conclusão que, as possibilidades de comercialização bem sucedidas de produtos agrícolas de alto valor nas 3 (três) zonas de intervenção do projecto, serão grandemente melhoradas, se forem adoptadas uma série de recomendações concebidas para reduzir ou eliminar os impedimentos a nível comercial e de infra-estrutura actualmente existentes em Cabo Verde.</p>	
8	<p>Termos de Referencia</p> <p>Formulation UN Joint Programme – Agro-Value Chain Development in Rural Cape Verde (título provisório)</p> <p>Autor: FAO, UNIDO, NU-Mulher</p> <p>Ano: 2012</p>	<p>O documento refere que, apesar das várias assistências técnicas, incluindo da EU, que a unidade do agro-negócio recebeu, o sector não fez grandes progressos na identificação e lançamentos de iniciativas publico-privadas, para o desenvolvimento da cadeia de valor nas áreas rurais. Realça ainda que, quer do ponto de vista funcional e operacional, quer do ponto de vista de recursos o sector não conseguiu implementar uma abordagem concisa e estratégica. O sector continua com a necessidade de ter apoio para a definição em termos da sua estrutura funcional e organizacional, para reforçar a sua capacidade na identificação de oportunidade de investimento e, facilitar o desenvolvimento de iniciativas de parceria publico-privada na cadeia de valor do agro-negócio.</p>	Documento em inglês

		<p>Em 2011 nos debates a nível da equipa das Nações Unidas - Cabo Verde, para a programação e preparação do próximo UNDAF 2012-2016, a questão de apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor na zona rural de Cabo Verde voltou a surgir.</p> <p>Tendo em conta que o Ministério do Desenvolvimento Rural e o Ministério do Turismo, Industria e Energia, reafirmaram as suas prioridades nesta área, Etas agencias, nomeadamente a FAO, UNIDO e Nações Unidas Mulher, decidiram fazer a formulação de um “Programa Conjunto das Nações Unidas”, para um possível financiamento e execução no âmbito do UNDAF. Assim, foi preparado um termo de referência para o recrutamento de 3 consultores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Um consultor internacional, com especialidade no Desenvolvimento da Cadeia de Valor ▪ Um consultor Nacional, para a área de Agro-processamento; ▪ Um consultor Internacional, para a Analise de Géneros no Desenvolvimento da Cadeia de Valor. 	
9	Estudo de Reestruturação INERF		
10	<p>Estudo de Caracterização do Agro Business em Cabo Verde: Situação Actual e Perspectivas de Evolução</p> <p>Autor: Winresources e DGASP</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O estudo baseia-se na convicção da existência de enormes potencialidades no mundo rural em Cabo Verde e, realça que a dinamização de negócios no mundo rural pode trazer vantagens para a sua população, pois pode contribuir para inverter processos de pobreza e de êxodo rural e simultaneamente gerar novas receitas e divisas para o País, pela produção de novos bens e serviços para serem consumidos pelos turistas e, nalguns casos, exportados para mercados de alto valor acrescentado.</p> <p>Assim, começa por fazer uma caracterização macroeconómica do País, bem como uma caracterização sectorial nacional e sectorial municipal, passando pela caracterização das potencialidades, ameaças e oportunidades, pontos fracos e pontos fortes, terminando na definição de estratégias de actuação para a promoção dessas potencialidades.</p>	
11	<p>Assistência Técnica ao Ministério da Agricultura e Ambiente. Relatório de Missão de Curta.</p> <p>Autor: Cesoci Internacional</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O objectivo do relatório é a definição de linhas estratégicas para a melhoria da componente acondicionamento de frutas e legumes, para os mercados locais e externos, com o intuito de contribuir para a promoção e a valorização dos produtos de Cabo Verde. Para isso, o relatório faz uma caracterização do sector agrícola em Cabo Verde e das actividades de acondicionamento e embalamento, enquanto serviços acrescentados ao sector hortofrutícola. Faz ainda uma apreciação das questões relativas à</p>	

		<p>complementaridade do sector agro-alimentar com o sector do turismo, por ser um sector em franco desenvolvimento em Cabo Verde e que representa uma oportunidade de desenvolvimento do sector agro-alimentar.</p> <p>Apresenta várias propostas e linhas estratégicas para o sector hortofrutícola que incidem sobretudo na investigação e melhoria do conhecimento do sector, formação e qualificação profissional dos principais actores chaves, organização dos mercados e segurança alimentar, entre outros.</p>	
12	<p>Relatório de Missão: Comercialização.</p> <p>Autor: Cesoci Internacional</p> <p>Ano: 2010</p>	<p>O objectivo do estudo é a definição de linhas estratégicas para a melhoria da comercialização de produtos hortofrutícolas em Cabo Verde. O estudo começa por fazer uma abordagem conceptual da fileira de valor a nível geral, particularizando a caracterização da fileira de frutos e hortícolas em Cabo Verde. Faz uma avaliação da importância da importação de frutos e legumes e o seu papel na satisfação das necessidades alimentares. Faz ainda referência sobre a necessidade de desenvolver um Sistema de Informação sobre os Mercados (SIM), para permitir uma melhor comercialização dos produtos hortofrutícolas e uma breve análise sobre o quadro regulamentar cabo-verdiano em matéria de normalização e segurança alimentar. Termina com uma análise dos sistemas de transporte de frutos e legumes inter-ilhas, realçando que o mesmo é caracterizado por constrangimentos sérios, que tornam difícil o comércio inter-ilhas.</p>	<p>Não dá muita informação sobre Como Fazer para melhorar as condições de comercialização, conforme o objectivo dos termos de referência</p>
13	<p>Estudos e Projectos Técnicos das Barragens de Salineiro, Saquinho e Faveta</p> <p>Autores: NORVIA, CENOR e Monte Adriano</p> <p>Ano: 2011</p>	<p>São estudos aprofundados dos aspectos geológicos, hidrológicos, geotécnicos (com base em análises de perfurações e sondagens electromagnéticas) e impacto ambiental, que permitiram a elaboração dos projectos técnicos detalhados e os seus respectivos orçamentos</p>	<p>Estes documentos estão na DSER/DGASP, e no INGRH, em papel e no sistema digital.</p>
14	<p>Estudos e Projectos Técnicos das Barragens de Figueira Gorda, Canto Cagarra e Banca Furado</p> <p>Autor: NORVIA, CENOR, MOTA ENGIL, MONTE ADRIANO</p> <p>Ano: 2011</p>	<p>Estudos idênticos ao anterior estão em curso</p>	<p>Estes estudos e projectos devem ficar concluídos no mês de Julho de 2012</p>

15	Ante-projectos de estudos técnicos das Barragens de Salineiro, Saquinho, Faveta, Figueira Gorda, Canto Cagarra e Banca Furada Autores: ETPLCP – Daniel Horta, Lourdes Lima e Eugénio de Barros, ainda com colaboração Ângela Moreno e Hatem Chaed Ano: 2009 e 2011	Esses documentos serviram de base para o lançamento dos concursos das barragens actualmente em execução nas ilhas de Santiago (4), Santo Antão (1) e São Nicolau (1)	Estão disponíveis na DSER/DGASP
16	Estudos Geológico e Hidrológicos dos Locais para a Construção de Barragens Autor: ANPING Ano: 2010	Identificação de 21 locais com potencialidades geológicas, hídricas de superfície e condições agronómicas para a construção de barragens nas ilhas de Santiago, Santo Antão, São Nicolau, Maio e Boavista	O documento definitivo ainda não entregue e nem avaliado
	Estudos e Projectos Técnicos das Barragens de Flamengos e Principal Autor: PACE Ano: 2011 e 2012	São estudos relativos aos aspectos geológicos, hidrológicos, geotécnicos (com base em análises de perfurações e sondagens electromagnéticas) e impacto ambiental, que permitem a elaboração dos projectos técnicos detalhados e os seus respectivos orçamentos	Os trabalhos apresentados ainda não foram aprovados e receberam muitas sugestões de alteração técnica.
	Estudos e Projectos de Desenvolvimento Agrícolas das Bacias Hidrográficas de Flamengos e Principal Autor: Cooperação Austríaca/DGASP – Engs Jorge Dreher e Celestino Tavares Ano:2006 a 2010	Estudos e projectos de mobilização de água para apoiar actividades agrícolas, correcção torrencial, protecção de encosta, organização comunitária e gestão de água pelas comunidades	Foi elaborado um estudo e projecto de continuidade, que deveria ser submetido ao Found Water Facility Africain e ficou por ser enviado na DGPOG
	Estudos das Bacias Hidrográficas de Sorno, Fajã D'Água e Ferreiros e Esquema Director de Desenvolvimento Agrícola da brava Autor: SOFRECO Ano: 2011 e 2012	Caracteriza as bacias hidrográficas da Brava, em termos demográficos, físicos, solo, coberto vegetal, pontos de água, potencial do turismo rural e ambiental, bem como a elaboração de um esquema director para o desenvolvimento agrícola da Brava.	Ainda os estudos estão em curso e não foi aprovado.
	Estudos das Bacias Hidrográficas de Santiago e Estudo Piloto da Bacia Hidrográfica de São Domingos	Caracteriza cerca de 8 bacias hidrográficas da ilha de Santiago e um estudo piloto na Bacia	Os documentos estão na DGASP e a JICA espera projectos do Ministério

	Autor: JICA Ano:2008 a 2010	Hidrográfica de São Domingos	com a linha de orientação indicada no estudo piloto para financiamento
	Estudos e Projectos de Dessalinização de Água para Abastecimento e Rega de São Miguel Autor: INERCON – Engº Jorge Dreher Ano:2007	O estudo reflecte a possibilidade de utilização de água dessalinizada no abastecimento da população e a sua utilização na agricultura moderna e especializada.	Foi elaborado em paralelo com o projecto PIDBHIS, mas é uma iniciativa privada e que visa resolver o problema de escassez hídrica e salinidade nas zonas costeiras de São Miguel
	Projecto para elaboração de estudos APS, APD e DAO de 10 barragens em Cabo verde Autor: WFA e BAD Ano: 2010 a 2012	Prevê o estudo APS, APD e DAO das barragens a serem apresentadas pela DGASP e o INGRH, podendo as mesmas serem financiadas pelo BAD e outras instituições financeiras	Se prevê para breve a assinatura na Praia do acordo de financiamento a fundo perdido de 1.200.000 euros e contrapartida do GOC-CV de 178.000 euros

Membros Grupo Sector Agricultura:

Carmen Costa - DGASP/MDR

Adelina Vicente - DGPOG/MDR

Samuel Gomes - INIDA/MDR

Euda Miranda - MAHO

Edmilson Pinto -

Frantz Tavares - ADEI

Patricia Alfama - AR

Manuel Amado - Empresário

José Veiga - MED

Jorge Dias - PNL

Nasolino - ASDIS

